

UM PROJECTO DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ANGOLA NOS FINAIS DO SÉCULO XIX (1884)

Por **Maria Teresa Filipe Cirne***

Résumé

À la fin de l'année 1884, Narciso Feyo avait réclamé à la Sociedade de Geografia Comercial do Porto la protection et le patronne pour son plan de colonisation africaine. Celle institution là en lui refusant ce que lui avait été sollicité, a montré publiquement les désavantages de tel project contribuant de cette manière pour nourrir une énorme controverse que c'est géré autours de la question.

1. Nota introdutória

As questões coloniais marcaram profundamente o quadro político e económico português nos finais do século XIX. Tratou-se de um período de expansionismo industrial europeu, o que implicou a procura de matérias-primas e subsidiárias, de mercados, de mão-de-obra e de locais onde fosse fácil o investimento, isto é, a internacionalização de certos processos produtivos. Tudo isto se saldou numa atenção enorme, por parte das grandes potências europeias,

* Mestranda de História Contemporânea, F.L.U.P., 1996-1998.

pelo continente africano, originando confrontos de interesses e jogos de poder. Portugal, pequena peça neste tabuleiro internacional, dotado de fracos recursos económicos e com um baixo contingente humano, assistiu quase impassível à concorrência dos outros países que usavam o vasto poder que detinham para lhe subtrair as suas tradicionais possessões e para o constranger a fazer as mais variadas concessões¹. O desprezo a que Portugal estava sendo votado é comprovado pelo facto de não ter sido convidado para a Conferência de Bruxelas (1876), realizada com a participação das várias potências europeias, e onde foram fundados dois organismos de cariz colonialista, a *Associação Internacional para a Exploração* e a *Civilização da África Central*. Mas foi com a Conferência de Berlim (realizada em 1885, com a participação de representantes portugueses) que o império colonial português recebeu um duro golpe, nomeadamente com o estabelecimento de um novo *direito público colonial* que vinha enterrar definitivamente os velhos padrões manuelinos ao substituir o critério do *direito histórico* pelo critério da *ocupação efectiva*. Este facto esteve na origem da aceleração do ritmo da corrida a África por parte das potências europeias melhor posicionadas económica e demograficamente, colocando Portugal numa posição de arranque francamente negativa².

2. Acção e projectos portugueses em África

A corrida a África contribuiu para acelerar o ritmo e a intensidade das expedições científicas feitas naquele continente. A par de Brazza, de Cameron e de Standley, é de salientar o papel desempenhado pelos exploradores portugueses, como Lacerda e Almeida, Pedroso Gamito, Silva Porto, Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Henrique de Carvalho que, no seguimento de uma tradição nacional, lograram alcançar inúmeros êxitos nas travessias científicas que realizaram, apesar da grande carência de meios³.

¹ HESPANHA, António Manuel; SCHOLZ, Johannes-Michael – *A estabilização político-institucional*, in «Portugal Contemporâneo», vol. 2, Lisboa, Alfa, 1989-1990, p. 63.

² Idem, *Ibidem*, p. 66-67.

³ SANTOS, Maria Emília Madeira – *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, 2ª edição, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

Por outro lado, a atitude política liberal portuguesa face a África foi a de pugnar pelo desenvolvimento e pela modernização das colónias, advogando que tal se saldaria num recrudescimento da economia nacional. Mas este projecto liberal vai sendo obrigado a recuar ante as resistências da burguesia colonial e mercantil metropolitana e perante a inexistência de uma verdadeira revolução industrial operada em Portugal⁴. Assim, incapazes de elaborar um plano promotor das potencialidades africanas e proporcionador de segurança económica colonial, os portugueses de Oitocentos apenas se limitaram a ocupar reduzidas parcelas territoriais no Litoral, estabelecendo pequenas explorações agrícolas com base no trabalho nativo e um rudimentar contacto comercial com os autóctones. No intuito de se fazerem respeitar pelos indígenas que estavam sob o domínio português, os representantes de Lisboa cobravam múltiplos impostos. Mas muitas eram as carências e os problemas da África portuguesa em finais do século transacto consubstanciados na indefinição quase total de fronteiras, na avidez particular dos funcionários coloniais, na incapacidade de proceder à ocupação total dos territórios, na debilitada situação económica nacional e consequentemente na marginalização que a Europa lhe votava. Dotado de poucos recursos financeiros e militares, e consciente da imperiosa necessidade de lutar para manter as suas possessões africanas através de uma ocupação cada vez mais efectiva, única via de possibilitar o desenvolvimento económico colonial e simultaneamente único meio de se afirmar perante os adversários imperialistas, Portugal encetou uma peleja alicerçada no velho sonho, agora renascido, de ligar Angola a Moçambique. No dizer de Arnaldo Madureira, o país, após Berlim, «galvanizava-se» sob a égide do instinto «sobrevivência-ambição», tudo fazendo no sentido de efectivar o «mapa cor-de-rosa»⁵.

Mas este entusiasmo precede 1885 estando patente não apenas no empenho oficial votado às expedições científicas e na inserção política e comercial portuguesa em zonas onde a sua presença era diminuta ou estava ausente, como era também visível em iniciativas de carácter particular. Com efeito, o Porto, em 1884, vai ser palco do desenrolar de um projecto ambicioso vocacionado para a criação

⁴ TORRES, Adelino – *Escravidão e economia colonial: o fracasso do Liberalismo*, in «Portugal Contemporâneo», vol. 2, Lisboa, Alfa, 1989-1990, p. 111.

⁵ MADUREIRA, Arnaldo – *A Colonização Portuguesa em África 1890-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 9-12.

de estações civilizadoras em África, mais concretamente no planalto de Huíla, em Angola, gerando grande controvérsia no círculo portuense que debateu, apaixonadamente, aquele plano expedicionário.

3. Um projecto de colonização

Nos inícios de Novembro de 1884 a Sociedade de Geografia Comercial do Porto⁶ recebeu uma carta de um indivíduo chamado Narciso Feyo, «português e trabalhador»⁷, nas palavras do remetente, solicitando o apoio e a protecção para a organização de uma colónia portuguesa que ele próprio, juntamente com mais 34 pessoas (as quais ele, aliás, nunca identifica) projectava estabelecer em África⁸. Este empreendimento foi publicitado por um diário portuense, *O Comércio do Porto*, onde se pode ler que «a sympathica e patriotica ideia de fomentar a colonização portugueza na Africa Occidental captivou já, como não podia deixar de ser, numerosas e decididas adhesões», tendo-se inscrito, até à data, 8 de Novembro de 1884, cerca de 70 pessoas⁹.

O projecto de Narciso Feyo foi sendo exposto e publicitado em diferentes conferências apresentadas em diversas regiões do país; Lisboa, Porto, Póvoa de Varzim e Penafiel são algumas das cidades que se sabe terem sido contempladas neste périplo evangelizador¹⁰.

A conferência realizada no Porto no dia 18 de Novembro de 1884, no salão da Sociedade Nova Euterpe¹¹, foi proferida por

⁶ Trata-se de uma instituição criada pela imprensa portuense em 1880 para festejar o tricentenário da morte de Camões. Propunha-se, entre outros fins, auxiliar e promover explorações geográficas científicas e/ou comerciais, investigar as causas e modos de remediar a emigração e averiguar os motivos da nossa decadência colonial e meios de a solucionar. O empenho que presidiu ao estabelecimento deste organismo, com congêneres em Lisboa e nas principais cidades europeias, é indiciador de que em Portugal se vivia uma atmosfera de ressurgimento dos brios pátrios em prol do desenvolvimento da economia do país, com base na aceleração do progresso colonial africano. (*Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 1ª Série, nº 1, Porto, Real Typographia Lusitana, Outubro de 1880, pp. III-IV)

⁷ *O Comércio do Porto*, nº 287, 19 de Novembro de 1884.

⁸ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 10, Porto, Typ. de Fraga Lamares, Fevereiro-Março de 1885, p. 482.

⁹ *O Comércio do Porto*, nº 277, 8 de Novembro de 1884.

¹⁰ *O Comércio do Porto*, nº 286, 18 de Novembro de 1884; nº 287, 19 de Novembro de 1884; nº 302, 6 de Dezembro de 1884.

¹¹ Trata-se da instituição fundada em 1869 que em 1885 deu origem ao Ateneu Comercial do Porto.

aquele entusiasta da colonização africana, patenteando aspirações patrióticas num discurso nacionalista consentâneo com a sua índole apaixonada pelos problemas da África portuguesa. Explicava então que esse projecto de colonização da África Ocidental se devia à sua «decidida vontade de levantar o nome nacional nas nossas colónias»¹². Evocou as gloriosas conquistas dos nossos antepassados as quais, na sua opinião, tinham sido votadas a «um descaramento tão criminoso que dava o direito á Europa de fazer d'ellas o que nunca nós conseguimos, pois em vista de tal abandono não nos assistia de modo algum o direito de continuar a conservar centenas de hectares de terreno por cultivar e milhares de cerebros por civilizar»¹³.

A razão da situação de incúria em que, segundo o orador, se encontravam as colónias portuguesas era devida à política errónea do governo em tal matéria, fazendo delas albergues para degredados, o que constituía um entrave enorme à tarefa de civilizar a África. Urgia que se tomassem medidas enérgicas neste sector, devendo a França (a qual, segundo Narciso Feyo, fizera da Argélia um país europeu) ser um exemplo a seguir com vista ao êxito no processo de colonização da África portuguesa. Pretendia aquele republicano que Luanda fosse a capital civilizadora de um futuro império africano, deixando de ser uma simples cidade de negros. Feyo defendia que a solução apropriada para pôr cobro a esta situação de abandono das colónias não derivava de uma decisão oficial mas sim da iniciativa particular:

«Não era dos governos que devíamos esperar o remédio para semelhantes males, porque succedia que mandando colonos para Africa, recommendados aos governadores, quando elles chegavam a Loanda, nem sequer tinham instrumentos para o trabalho, e assim aquelles infelizes morriam á fome ou voltavam á patria tão desalentados, que o seu exemplo desviava de per si a corrente de emigração para as nossas possessões.

Fôra n'esse convencimento que levantára a ideia de organizar uma colonia, estando, comtudo, longe de esperar o resultado que coroára a sua iniciativa. Contava apenas com nove ou dez rapazes inteligentes, activos, sonhadores, porque eram necessarios sonhadores para o bom exito d'estas empresas, a fim de estabelecerem no Zaire o núcleo de uma colonia, supprindo-se com os preceitos da hygiene as condições pouco salutaes do clima, mas desde que o numero de colonos

¹² *O Comércio do Porto*, nº 287, 19 de Novembro de 1884.

¹³ *Ibidem*.

augmentou entendeu não dever fazer o sacrificio de tantas vidas e por isso tratou de escolher um ponto em que o clima fosse mais temperado.

O ponto escolhido foi pois, a encosta esquerda da Serra Nevada, devendo mais tarde partir d'ahi expedições que percorrendo as margens do Cuango até ao Zaire, estabellecessem alli estações civilisadoras. Occupada a esquerda do Cuango por portuguezes, tudo o que passasse por essa grande arteria commercial, passaria pelas nossas mãos e não pelas de qualquer Standleys, Brazzas ou Associações Internacionaes.

(...) Elle, orador, partiria, pois, com os seus companheiros, mas cumpria saber-se que não era ambição que os dominava. Tinham braços para trabalhar e era d'elles que tirariam a sua subsistência; ninguém fosse com a ideia de enriquecer depressa.

A colonia que se projectava estabelecer era essencialmente agricola e destinava-se tambem á acclimação de colonos. Mais tarde, então, é que se estenderia para o norte e até para o sul para prevenir a invasão dos allemães»¹⁴.

Este plano, que visava a concretização prática, necessitava de um conjunto de suportes humanos e dependia da disponibilidade de meios instrumentais capazes de assegurar a implementação da agricultura (a primeira das fases económicas da empresa) secundada, posteriormente, pelas actividades comerciais e industriais. Na verdade, segundo Narciso Feyo, cultivar a terra constituiria a 1ª das diferentes fases exploratórias das potencialidades africanas, contrariamente ao que até à data tinha vindo a ser projectado relativamente a África. Decorria pois a necessidade de estabelecer um orçamento com vista à compra de utensílios, ferramentas, armas e materiais indispensáveis de que se devem munir os colonos, os quais desembarcarão em Moçâmedes, «onde deixarão suas famílias, e seguindo para o interior construirão as suas cubatas, terminadas as quaes, irão buscar as referidas famílias para a instalação definitiva, devendo ser o seu primeiro cuidado o tirar da terra os meios de subsistencia, pois que, (...) só depois d'isso é que tratariam de desenvolver o seu commercio e a sua industria»¹⁵.

Narciso Feyo expressava a sua descrença nas companhias para resolver o problema africano, dando como exemplo a companhia formada por Neves Ferreira, a qual, apesar do governo garantir o

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem.*

juro aos prestamistas pelo período de trinta anos, não tinha conseguido ainda reunir qualquer soma válida. Já o seu plano parecia-lhe revestir-se de condições excepcionais: dispunha de um vasto número de potenciais colonos como também do aval oficial do ministro da Marinha. Perante o auxílio monetário, embora limitado, que o governo se prontificara a dar, resolveu-se abrir uma subscrição nacional para financiar este arrojado plano de colonização africana¹⁶. Pedia-se aos portuenses que comparticipassem para permitir a efectivação prática daquela «ideia patriótica», apesar de não ser «bonito andar de terra em terra, de chapéu na mão implorando como que uma esmola». No entanto, «também não era deshonroso esmolar para os 456 colonos que se acham inscriptos, pedir uma esmola para as nossas colonias, porque sem a civilização e colonização das possessões portuguesas no ultramar, o paiz não teria direito a conservar-se autonomo». Em seu entender, o que se pedia era «uma esmola para a salvação da patria»¹⁷.

Pouco tempo depois, a 7 de Dezembro daquele ano, e igualmente no salão da Sociedade Nova Euterpe, Narciso Feyo proferiu uma segunda conferência esclarecedora da projectada colonização da África Ocidental, cujo conteúdo se desconhece¹⁸. Sabe-se, todavia, que pretendia apresentar o plano económico e administrativo da idealizada colónia¹⁹.

Muitos foram aqueles que viram em Narciso Feyo uma espécie de reencarnação do espírito pátrio e do heroísmo lusitano que se julgavam perdidos para sempre. Assim, com o objectivo de contribuir para a subscrição nacional de apoio ao mencionado plano, foi publicado na capital, em Dezembro de 1884, um número único do jornal

¹⁶ Exemplo disto foi o caso do lançamento, em Lisboa, do *Africano*, em número único, dado à estampa em Dezembro de 1884, e cuja direcção literária esteve a cargo de Augusto Ferreira Alves Peixoto e José Leopoldo Mera. Foi «publicado em beneficio da colonia portugueza em Africa, iniciada por Narciso Feyo, (...) para com o seu producto engrossar a subscrição nacional». Neste jornal podem ser lidos artigos de opinião alusivos à iniciativa colonizadora de Narciso Feyo, destacando-se os textos de Cristovão Aires, Conde de Casal Ribeiro, Cunha Seixas, Oliveira Martins, José Silvestre Ribeiro, Manuel Ferreira Ribeiro e Tomás Ribeiro.

¹⁷ *O Comércio do Porto*, nº 287, 19 de Novembro de 1884. Segundo o testemunho deste periódico portuense, tratou-se de uma conferência em que o orador soube captar de forma intensa e arrebatadora a enorme audiência que teve, terminando «com os mais expontaneos e férvidos applausos (...), retirando-se todos agradavelmente impressionados».

¹⁸ *O Comércio do Porto*, nº 302, 6 de Dezembro de 1884.

¹⁹ *O Comércio do Porto*, nº 304, 9 de Dezembro de 1884.

*O Africano*²⁰. Foram exaradas nesta publicação as opiniões de diversas personalidades portuguesas sobre aquele plano colonizador.

Bráulio Caldas²¹, lançou, de Vizela, uma «profecia» em texto versificado, enaltecendo as virtudes daquele arrojado português:

«Narciso Feyo,
Sem receio,
Tem no futuro
Brilho seguro
No mundo inteiro

Sua alta empreza
É de certeza
Na lusa historia
A maior gloria
D'um cavalheiro»²².

Cristovão Aires demonstrou da seguinte forma a sua confiança no projecto colonizador de Feyo:

«Só podem acreditar no futuro de Portugal os que têm fé na prosperidade das suas colonias. O movimento colonial que se manifesta actualmente entre nós é de bom agouro; a elle deveremos talvez o levantarmo-nos da decadencia a que nos arrastou uma criminosa incuria de seculos! Tenhamos porém fé no futuro, e trabalhemos por tornar realisavel o unico destino a que nos é dado respirar»²³.

Cunha Seixas²⁴ encarava aquele plano como um meio de Portugal alcançar «novos titulos de gloria e de respeito universaes» no conjunto do movimento colonial português, na medida em que

²⁰ Ver a nota 16.

²¹ Sócio correspondente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto.

²² *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 1.

²³ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 2.

²⁴ José Maria da Cunha Seixas (n. 1836) foi colaborador activo do periódico *Viriato*, de Viseu, e fundou em Coimbra, em 1860, um jornal a que deu o título de *Académico*. Filiou-se no Partido Histórico, mas não aderiu à fusão política de 1865. Na qualidade de redactor da *Independência Nacional* defendeu a autonomia municipal, a descentralização administrativa, etc. Depois do movimento de 1868, que não correspondeu às suas aspirações democráticas, absteve-se da política até se reconstituir o Partido Histórico, chefiado pelo duque de Loulé. Quando tomou conta do poder o Partido Progressista, em 1880, exigiu durante um ano, no *Diário do Comércio* o cumprimento do seu programa e as reformas políticas necessárias. Afastou-se depois da

«ainda nos restam vastísimos emporios, os quaes podem novamente nobilitar a nação»²⁵.

De igual modo José Silvestre Ribeiro²⁶ demonstrou a sua opinião manifestamente favorável ao plano de Narciso Feyo. A esse propósito lembrou que o país não devia ficar enlevado no prestígio que as conquistas passadas lhe proporcionaram perante a humanidade eurgia tomar uma atitude de acordo com a nova conjuntura europeia que visasse a justificação da posse dos territórios africanos. Segundo aquele erudito, tal processo estava em fase de iniciação, vendo no plano colonial de Narciso Feyo o arranque dessa demonstração de verdadeiro interesse relativamente a África:

«É já tempo de acabarmos com a deploravel usança de querermos viver de passadas glórias, alardeando a toda a hora, com uma vaidade pueril, os serviços que á civilização fizeram os portuguezes nos seculos XV e XVI. (...) Cuidemos agora de mostrar que pretendemos justificar adquiridas posses, entregando-nos a trabalhos uteis, que nos apresentem, aos olhos do mundo, como dignos da consideração dos povos mais cultos. Affigura-se-me, graças a Deus, vêr já raiar a aurora de auspicioso futuro, nas demonstrações de vivo interesse pelas nossas possessões d'além mar –, e não só da parte da parte dos poderes publicos, senão tambem da parte de associações illustradas e patrioticas, e até da iniciativa de particulares. (...) Arreigou-se (e ainda bem) a convicção de que é indispensavel promover diligentemente a colonisação; de que é de apertada urgencia preparar os indigenas para a vida civilizada por meio da educação intellectual, moral e religiosa; de que é impreterivel o ensino pratico da agricultura e da industria. É sabido que ha na Africa portugueza preciosos elementos de riqueza; só falta aproveitall'os convenientemente, empregando os meios adequados, e lidando com perseverança em levar áquellas regiões a cultura do espirito e o exemplo da actividade e da energia que devem substituir a indolencia e a inercia ora existentes. Já se vê que sympa-

política militante, entregando-se totalmente à advocacia. Como jornalista participou em muitos jornais epocais deixando ficar uma extensa obra publicada.

²⁵ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 4.

²⁶ José Silvestre Ribeiro (1807-1891), escritor e político, foi um dos mais ardorosos apoiantes e organizadores da revolução liberal que na cidade de Coimbra estalou em 22 de Maio de 1828. Mais tarde, desempenhou diversos cargos político-administrativos, tendo sido feito par do reino em 1881. Colaborou em muitos jornais e foi autor de muitos trabalhos, destacando-se a sua célebre *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, (1871-1893).

thiso com o pensamento de colonização africana, do sr. Narciso Feyo, e faço votos pela sua cabal e prospera realização»²⁷.

Demonstrando estar de acordo com Narciso Feyo relativamente à necessidade de Portugal proceder à colonização e aproveitamento dos seus territórios africanos, embora confesse que teria procedido de modo diverso no tocante ao plano delineado, Tomás Ribeiro²⁸ afirma nas páginas d' *O Africano* que tinha defendido, junto de altas individualidades portuenses, a fundação de estações civilizadoras no interior de África. A seu ver, este procedimento justificava-se perante uma presença cada vez mais acentuada da Inglaterra e da França naquele continente, já que «as duas nações caminham no seu alastramento a encontrar-se entre as nossas possessões e são capazes, nas suas expansões épicas do seu encontro ... humanitário, de nos lançarem ao mar quando abrirem os braços.»

Daí decorre a necessidade de, segundo Tomás Ribeiro, «fundar seis estações, devidamente escalonadas» para possibilitar a abertura de «um caminho commercial atravez de riquissimos paizes», ligando os domínios portugueses no ocidente e no oriente, já que «não podemos fazer um caminho de ferro que atravesse a Africa» nem sequer «uma estrada ordinaria»²⁹. Referindo-se concretamente ao mencionado plano afirmou:

«Não sei se o trabalho do sr. Feyo é proficuo; sei que é patriotico. Isso me basta para o louvar. (...) Pecuniariamente ha de ser pouco favorecido e comprehende-se porquê. As nossas iniciativas particulares ainda não vingam, e esta com ter muita justiça por si, tem, contra, muitos interesses, muita ignorancia e muitos preconceitos. Luctar é já ser honrado»³⁰.

²⁷ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, pp. 6-7.

²⁸ Consagrado escritor e político, Tomás António Ribeiro Ferreira (1831-1901), natural do distrito de Viseu, começou a exercer a advocacia em Tondela, que pela primeira vez o elegeu deputado em 1862. Foi também presidente da Câmara Municipal do mesmo concelho e administrador do de Sabugal. Exerceu ainda outros cargos políticos. Filiado no Partido Regenerador, foi segunda vez eleito deputado em 1875 e em legislaturas sucessivas, até que, elevado ao pariato, tomou posse do seu lugar na Câmara dos Pares em 25 de Janeiro de 1882. Foi ministro várias vezes. Desenvolveu uma profusa actividade jornalística participando em imensos periódicos com artigos de opinião política. Em 1885 fundou, com Luciano Cordeiro e outras individualidades, um semanário intitulado *Republicas*. Mais tarde, em 1889, fundou o diário político *O Imparcial*.

²⁹ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 8.

³⁰ *Ibidem*, p. 8.

Também o entusiasmo do professor liceal bracarense, Pereira Caldas³¹, se inflamou naquele projecto colonial, elogiando a publicação destinada à recolha de fundos para tal empresa:

«É TAM GRANDIOSA a concepção d'este NUMERO UNICO, em relação ao alvo proficuíssimo a que mira – que d'alma e coração me entusiasmo a exclamar d'aqui de Braga como o nosso CAMÕES nos LUSIADAS, cant. I Est. V:

«Que se cante e se espalhe no universo,
«Se tam sublime preço cabe em verso!»³².

O plano de Narciso Feyo, colhendo grandes simpatias públicas, não desmerecia a atenção dos particulares que, em grande número, se faziam inscrever nas listas abertas de colonos para, ao abrigo daquele projecto colonizador, rumarem a África. Segundo o autor do plano, em 18 de Novembro de 1884, eram já cerca de 456 o número dos inscritos em todo o país os quais, contagiados pelos discursos encorajadores do conferencista, se dispunham a emigrar para o continente negro, lutando por uma vida melhor e contribuindo para uma pátria mais próspera, ciosa dos seus deveres coloniais tão esquecidos. Daquele montante de potenciais colonos, sabe-se que, no Porto, o número dos inscritos, terá, muito seguramente ultrapassado os 134 de que se tem identificação cabal³³.

Os candidatos que se inscreveram no programa de colonização africana proposto por Narciso Feyo eram maioritariamente homens (95%)³⁴ solteiros (78%)³⁵ cujas idades variavam entre 16 e 51 anos³⁶. A nível profissional percebe-se que os mais atraídos eram os caixeiros³⁷, seguidos de longe pelos sapateiros, pedreiros e trabalhadores rurais³⁸. Nas listagens dos candidatos publicadas pelo jornal *O Comércio do Porto*³⁹ é possível detectar, pela ordem de ins-

³¹ Era sócio correspondente, em Braga, da Sociedade de Geografia Comercial do Porto.

³² *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 8.

³³ *O Comércio do Porto*, nº 286, 18 de Novembro de 1884; nº 287, 19 de Novembro de 1884.

³⁴ Ver a lista de candidatos ao projecto de colonização protagonizado por N. Feyo no apêndice documental anexo.

³⁵ Ver a figura 2 no apêndice documental anexo.

³⁶ Ver a figura 1 no apêndice documental anexo.

³⁷ Ver a figura 3 no apêndice documental anexo.

³⁸ Consultar o apêndice documental anexo.

³⁹ *O Comércio do Porto*, nº 286, 18 de Novembro de 1884; nº 287, 19 de Novembro de 1884.

crições, uma certa cumplicidade profissional entre colegas que se inscrevem em grupo, o que é bastante evidente sobretudo no caso dos caixeiros.

Não fazia parte das intenções de Narciso Feyo levar, ao abrigo do projecto de colonização do planalto de Huíla, toda aquela gente que se tinha inscrito já que se refere a uma triagem que deveria ser feita com base na «honestidade» e no «amor ao trabalho», pretendendo pouco mais de uma centena de indivíduos⁴⁰.

A abonar a ideia da franca adesão àquele projecto colonialista, circulava também a notícia de que uma «senhora, com alguns bens de fortuna e com uma educação esmerada» estava «disposta a acompanhar seu filho» naquela expedição de tão «nobres intuitos»⁴¹, o que estimulava a crença na qualidade pretensamente extraordinária de que se revestiria o projecto de Narciso Feyo.

O plano recebeu apoios materiais, destacando-se, segundo o seu autor, «um cavalheiro de Lisboa» que oferecia «25 carros para os serviços da colónia» e «um sujeito de Mossamedes» que «se ofereceu a ceder, por empréstimo, o gado necessario para esses vehiculos»⁴².

Congregando a protecção do governo e o entusiasmo despertado junto da população, tudo levava a crer que aquele projecto se concretizaria, maugrado os resultados que pudesse lograr no futuro.

4. A posição de Oliveira Martins e da S.G.C.P. relativamente ao plano de Narciso Feyo

Ao mencionar-se a S.G.C.P. (Sociedade de Geografia Comercial do Porto) torna-se forçoso referir o nome de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, na medida em que foi esta personalidade quem esteve na presidência daquela instituição na altura em que lhe foram solicitados o patrocínio e a protecção para o plano de Feyo. Segundo consta na acta da 71ª sessão da S.G.C.P., relativa à reunião ocorrida a 7 de Novembro de 1884, foi apresentado ao conselho geral daquela instituição um officio de Narciso Feyo pedindo auxílio para a organização de uma colónia portuguesa na África Ocidental⁴³.

⁴⁰ *O Comércio do Porto*, nº 304, 9 de Dezembro de 1884.

⁴¹ *O Comércio do Porto*, nº 277, 8 de Novembro de 1884.

⁴² *O Comércio do Porto*, nº 304, 9 de Dezembro de 1884.

⁴³ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª Série, nº 10, Porto, Typ. de Fraga Lamares, Fevereiro-Março de 1885, p. 482.

A atitude a tomar pela Sociedade de Geografia relativamente àquele plano foi discutida na assembleia seguinte. Com efeito, na 72ª sessão, respeitante ao dia 20 de Novembro de 1884, Oliveira Martins informou o conselho de que, por ofício de 30 de Outubro, lhe tinha sido comunicado que fazia parte da comissão organizadora da projectada colónia africana, sabendo apenas a tal respeito que Narciso Feyo organizara uma inscrição de colonos e realizara uma conferência no Porto. Acrescentava o seu descrédito naquele plano, considerando que ele carecia de sólidos fundamentos – um projecto, um sistema e capital – imprescindíveis à sua exequibilidade prática. Por outro lado, considerava que o tipo de emigrantes que conviria enviar para África era apenas o de pequenos proprietários que pudessem investir na criação de fazendas, lucrando com o trabalho dos naturais e nunca com os serviços proletários de brancos, pois estes, devido às adversas condições climáticas, jamais conseguiriam auferir o mesmo rendimento que os autóctones alcançariam. O *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto* deu conta da reacção de Oliveira Martins a este plano:

«A sua opinião pessoal era que a empreza do sr. Feyo não era de fôrma alguma accetavel, porque nada n'esse genero se pode fazer sem um projecto, sem um systema e sem capital. Que iria fazer para África essa gente que se tinha inscripto? O resultado era facil de prever, porque para África os que devem ir são pequenos lavradores com dinheiro, que façam explorar os terrenos por meio de negros e n'este caso conviria saber se era possivel a qualquer europeu concorrer em trabalho com os naturaes, visto estes ganharem quantias insignificantes, sendo obrigatorio o sustento e terem além d'isso a organização e constituição precisas para resistirem ao clima»⁴⁴.

O autor de *O Brazil e as Colonias Portuguezas* já defendera esta tese, a 14 de Abril de 1884, numa reunião da assembleia geral da S.G.C.P., em cuja acta reza o seguinte:

«No nosso paiz, ha uma ideia errada relativamente ás colonias: lá não se precisam de braços, ha-os de sobra, melhores e mais baratos que os dos europeus; a emigração mais conveniente seria pois a dos pequenos proprietarios e capitalistas que com a sua actividade, a sua intelligencia e os seus capitaes e protegidos por um regimen de trabalho

⁴⁴ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª Série, nº 10, Porto, Typ. de Fraga Lamares, Fevereiro-Março de 1885, pp. 482-483.

do negro, poderiam fundar feitorias agrícolas e fomentar a criação de productos que constituiriam uma riqueza para a colonia e para o paiz»⁴⁵.

Referindo-se concretamente ao plano de Narciso Feyo, Oliveira Martins reitera a sua posição num artigo redigido a 17 de Novembro de 1884 e publicado na capital em Dezembro desse ano no já referido jornal *O Africano*. Aí podem ser lidas, segundo o seu autor, as «considerações porventura caturras de quem, por experiencia já mais de uma vez repetida, sabe que afina mal pelo diapasão da phrasologia corrente»⁴⁶. Era de opinião que a África não necessitava de ser colonizada já que abundava em mão-de-obra indígena, o que justificava, em parte, o não encaminhamento da massa migratória portuguesa para aquele continente. Segundo aquele estudioso, a África precisava de ser explorada no sentido de ser rentabilizada agrícolamente, o que implicaria apenas a emigração de homens que reunissem as condições necessárias para investir e dotar as colónias de *fazendas*. A seu ver, a vocação e o futuro da África portuguesa eram exclusivamente agrícolas perante a conjuntura económica nacional e internacional. As suas palavras são esclarecedoras:

«Não posso deixar de applaudir o pensamento de explorar (permitam-me que use d'este verbo de preferencia ao *colonisar*) a Africa occidental, uma vez que nós não sabemos como explorar a metropole e deixamos ao abandono a navegação, muitas industrias e acima de todas a pescaria.

(...) Não basta porém *ir para Africa*, e eis ahi o motivo porque eu preferi o verbo *explorar* ao *colonisar*. Colonisa-se um territorio deserto como a Australia ou as vastidões da America do norte, ou os sertões do Brazil; não se colonisam regiões onde a população abunda e até, segundo alguns querem, cresce. Por isso eu considero como a mais perigosa das chimeras a idéa de desviar para a Africa a nossa emigração de minhotos, açorianos e madeirenses, proletarios trabalhadores ruraes que hoje vão em demanda de paizes onde os braços faltam, e que em Africa se veriam reduzidos a trabalhar em concorrência com a raça negra no regime de uma escravidão mal disfarçada.

Aos portugueses cumpre pois explorar, e não colonizar a Africa. Para lá se devem encaminhar homens moços com a robustez, a intelligen-

⁴⁵ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª Série, nº 6, Porto, Typ. de Fraga Lames, Junho-Julho de 1884, p. 285.

⁴⁶ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 6.

cia, a instrução e os meios sufficientes para que, ao chegarem, possam instalar a sua lavoura, *contratar* um certo numero de negros e crear com esses recursos uma *fazenda*.

(...) Fazendeiros é o que nós devemos querer ser. Colonos, como o irlandez que vae para a America, o madeirense que vae para Demerara, o michaelense que vae para o Brazil, ganhar a vida com o seu braço, cavando nas roças, ou fazendo de carregão no Rio; *colonos*, no sentido restricto da palavra, não, porque o *colono* de Africa é o negro. É elle que póde e deve trabalhar, sob a direcção e o commando do portuguez.

Negociantes? tambem não creio que haja um largo futuro a esperar d'ahi. Só é negociante quem tem em que negociar. Ora nós temos a todos os europeus pela frente; nós que entendemos não valer a pena fomentar a implantação de industrias metropolitanas que teriam na raça negra um mercado de consumo relativamente illimitado. Nem os nossos algodões, nem as nossas ferragens, podem competir com os inglezes e os allemães, principalmente, que terão sem a menor duvida uma preferencia indisputavel.

(...) Terra e gente devemos aproveitar-as ambas ganhando para nós o enorme rendimento liquido que produzem as culturas tropicaes, feitas pelo braço robusto e barato do negro»⁴⁷.

Referindo-se metaforicamente ao plano de Narciso Feyo, Oliveira Martins afirmava que a boa vontade e o entusiasmo que um plano colonizador pudesse despertar junto de potenciais colonos não eram o suficiente para garantir o seu sucesso, já que se tornava necessário delinear um plano racional de exploração, que atendesse quer às necessidades financeiras para se proceder à sua efectivação, quer aos moldes em que esse capital devia ser obtido:

«Quando se semeia n'uma terra inçada de herva que a charrua não revolveu primeiro, a perda de sementes é incomparavelmente maior do que quando o grão cõe n'uma gleba rasgada em regos. Por isso eu quereria que o impulso de actividade despertado agora para a exploração da Africa fosse acompanhado de um plano, de um systema administrativo, afim de não se perderem, não direi todas, mas pelo menos a maior parte das sementes de sangue portuguez deitadas á gleba africana.

N'esta ordem de cousas não basta o entusiasmo ardente dos moços: é mister a discricção prudente dos homens experimentados. Se se planeia uma exploração, é mister saber-se qual o quadro conveniente dos

⁴⁷ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, pp. 4-5.

exploradores, qual o capital da installação, e como se hade obter. De certo pensou primeiro n'isto quem se propõe a ir explorar a Africa – empreza para a qual sem boa vontade pertinaz nada se consegue, mas também sem os recursos e o estudo indispensaveis toda a boa-vontade se traduzirá n'um deploravel fiasco.

Decerto o governo⁴⁸, a quem compete dirigir e amparar emprezas tão eminentemente patrioticas como esta é, decerto o governo pensou e resolveu todas as questões, nem se deveria perdoar ao ministro⁴⁹ que consentisse no sacrificio certo de um grupo de homens moços dotados de vontade energica. Abundam elles porventura tanto entre nós?»⁵⁰.

Oliveira Martins exprimiu ainda os seus anseios relativamente a esta matéria, os quais, condensados em três *items*, circunscrevem ao poder central uma dose sustancial de responsabilidade na acção civilizadora:

– «Que o governo promulgasse um plano systematico de exploração (não de colonisação) da nossa Africa occidental, fixando as condições das concessões de terrenos aos fazendeiros, os premios que se deviam dar á lavoura, etc.»;

– «Que, assente e fixado esse plano, se franqueassem as suas condições a todos, para que os governos não estivessem em risco de serem accusados de nepotismo quando fazem, a este ou áquelle, favores excepçoes que a natureza do fim póde justificar, mas que não se coadunam com os habitos modernos de governos das nações»;

– «Que no seculo XIX nós fizessemos para a Africa occidental o que no seculo XVI D. João III fez para o Brazil, salvas as diferenças dos tempos, pois a ninguem occorre hoje a ideia de dividir Angola em capitancias de donatarios»⁵¹.

A opinião que aqui expressa Oliveira Martins é idêntica à que ele defendera anteriormente na sua obra *O Brazil e as Colonias Portuguezas*, publicada em 1880. Nela se pode constatar a sua opinião relativamente ao desvio da rota migratória portuguesa para a Africa com o intuito de aí serem criadas colónias de cariz agrícola.

⁴⁸ Refere-se ao 40º Governo Constitucional que vigorou de 24 de Outubro de 1883 a 20 de Fevereiro de 1886.

⁴⁹ Possivelmente estaria a referir-se ao Ministro da Marinha e Ultramar, Manuel Pinheiro Chagas.

⁵⁰ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 5.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 4-6.

Mais uma vez referiu a existência de uma mão-de-obra autóctone cuja abundância e rendimento fariam perigar a subsistência dos trabalhadores oriundos da metrópole:

«Desviar para Africa essa corrente de emigração⁵², crear com ella uma colonia agricola, eis ahi o pensamento claro e simples, no qual muitos vêem resumido o futuro de Angola e Moçambique. Nós inscrevemo-nos terminantemente contra similhante idéa, que é mais uma prova da precipitação e falta de senso com que as opiniões se formam em Portugal. Os defensores da colonisação da Africa são os mesmos que terminantemente afirmam a aptidão do preto para o trabalho salariado e livre; sem se lembrarem de que esta segunda condição, por si só, sem outros motivos, bastaria para condemnar á ruina os imigrantes portuguezes que são proletarios. O portuguez que vae para o Brazil, artifice ou agricultor, não leva um real de seu; e a prova d'isto são os contractos de locação de serviços que assignam para pagar as passagens. (...) Chegados á Africa, esses agricultores e artifices, ainda quando achassem montada a fazenda, abertas as portas do lavrador que lhes havia de dar de comer e trabalhar, não poderiam vencer um salario superior ao do preto abundante: quaes seriam as economias do colono? como concorreria com o trabalho dos negros?»⁵³.

Aquele intelectual considerava que bastava apenas atentar na «natureza commercial-industrial da emigração portugueza para o Brazil» para se obstar a qualquer tentativa no sentido de a desviar para a África, pois «se o fizessemos destruiriamos a mais proveitosa direcção do nosso commercio externo, e seccariamos a fonte dos capitães que trazem consigo os *brazileiros*»⁵⁴. Acrescentou não acreditar que os carpinteiros, ferreiros e pedreiros, os caixeiros e os lojistas, fossem capazes de «abandonar a ferramenta para tomarem a enxada em Angola»⁵⁵. Por outro lado, esta questão do desvio da emigração do Brasil para África possui um segundo entrave, segundo o autor, que é o problema da aclimação. Depois de ter caracterizado o clima africano como mortífero para a emigração colonizadora, escreve:

⁵² Refere-se à emigração portugueza para o Brasil que, segundo o autor, se cifraria numa média anual de cerca de 4000 a 7500 mil pessoas. (*O Brazil e as Colonias Portuguezas*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1880, p. 223, nota 1)

⁵³ MARTINS, Oliveira – *O Brazil e as Colonias Portuguezas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1880, p. 222.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 225.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 224.

«Pouco importa que em certos pontos elevados, varridos de ar, no interior, no Bihé ou em Huilla, o clima seja relativamente bom» pois «jámais os colonos poderiam prescindir do litoral, da estrada marítima para o tráfego commercial, consequencia do agricola». Assim, «é um crime, allegar, (...) a belleza do clima africano e induzir a emigração, que é ignorante, a caminhar para um cemiterio», sendo «necessario que a Africa passasse por uma revolução geologica (...) para que os colonos europeus podessem fixar-se e propagar»⁵⁶.

Mas até que ponto é que terá havido consonância entre a posição defendida por Oliveira Martins e a sociedade geográfica da qual era presidente, relativamente ao projecto de colonização africana de Narciso Feyo?

Na realidade, parece ter havido, no interior da S.G.C.P., pelo menos no âmbito restrito dos sócios mais activos e assíduos⁵⁷, uma enorme comunhão de princípios e de ideias relativamente a este ponto. Joaquim António Gonçalves⁵⁸, um dos membros fundadores da S.G.C.P., foi de opinião que a sociedade se deveria manter completamente indiferente aos actos de Narciso Feyo⁵⁹ bem como ao seu plano «audacioso» que classifica de «*disparatado*»:

«Tendo-se proposto primeiramente a tarefa de ir para as margens do Zaire com alguns companheiros affirmar a valentia portugueza, resolvera em seguida marchar para Huilla, e com o auxilio e a coadjuvação de um grupo numeroso alistado nas cidades de Lisboa e Porto converter aquella região – formosa e fertilissima segundo um relatório de 1840 – em um paiz agricola, verdadeiro eden africano, fóco civilizador d’onde, ao acêno da sua vontade poderosa, ha-de partir tudo o que irradia dos mais adiantados centros europeus»⁶⁰.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 226.

⁵⁷ Ressalve-se todavia, que, no âmbito da S.G.C.P., alguns dos sócios não partilharam a opinião que se formou a nível das reuniões do conselho geral daquela instituição. Tal foi o caso dos sócios correspondentes Pereira Caldas (Braga) e Bráulio Caldas (Vizela), anteriormente citados no texto.

⁵⁸ Nascido no Porto em 14 de Janeiro de 1851, foi industrial de chapelaria, escritor e político. Matriculou-se na Escola Médico-Cirúrgica mas abandonou o curso tendo preferido administrar uma indústria de chapéus de seu pai. Colaborou em alguns periódicos de índole política e literária. Foi eleito deputado, por um dos círculos do Porto, à legislatura de 1882-1883.

⁵⁹ Conforme consta na acta da 72ª Sessão da S.G.C.P., relativa ao dia 20 de Novembro de 1884.

⁶⁰ *O Comércio do Porto*, nº 303, 7 de Dezembro de 1884.

Vaticinando maus auspícios para aquele empreendimento e desmistificando o «éden africano» sugerido por Narciso Feyo, Joaquim Gonçalves prossegue o seu discurso perante a assembleia da S.G.C.P., reunida a 5 de Dezembro de 1884:

«Estabelecido em Huilla, o snr. Narciso Feyo ha-de ahi com enchadas de pau, se as de ferro lhe faltarem, realizar as mais productivas e variadas culturas: a canna de assucar, o trigo, o milho, o feijão, a batata, as plantas de uma flora frigida, temperada, torrida, hão-de ahi desenvolver-se e opulentar os felizes cultivadores.

Não faltará de comer. Muito gado, bois de Mossamedes, carneiros, cabras, carne, leite, manteiga, fornecerão uma alimentação abundante e succulenta, que não deixará perigar a saúde, nem extinguir-se o vigor dos que se affastam dos Cafés ou dos Clubs com os intuitos ultra-patrioticos de seguir as épicas tradições dos nossos heroes medievicos.

O snr. Narciso Feyo ha-de roubar o ferro ás entranhas avaras da terra, sacar de lá o carvão, se ella teimar em esconder-lh'ò, construir altos fornos, fabricar rails, locomotivas, wagons...

A sua vontade poderosa será um *fiat*. Para instrumentos d'ella bastam-lhe os alistados em Lisboa e Porto e as enchadas de pau.

Maravilho-me diante d'este ideal; quero ter entusiasmos por este plano assombroso; mas, francamente, acho-o apenas phantastico.

Desviando, porém, de sobre o meu espirito a influencia do producto d'esse trabalho intellectual febril, encontro-me de face com regras e preceitos da arte de colonisação»⁶¹.

É notório o constante emprego de ironia neste discurso em que o orador plasma na desconfiança e no mais completo descrédito a sua posição face ao projecto de Narciso Feyo, acusando-o de padecer de grande irrealidade e de espírito fantasista perante a seriedade que aquele assunto deveria merecer.

Também os sócios Justino Teixeira, Fernando Maia e Isidoro Marques Rodrigues se pronunciaram desfavoravelmente sobre o pedido feito àquela sociedade. Este último vai mesmo mais longe, alvitando a ideia de «que se tirasse da cabeça daquella gente o ir para a Africa, pois ia illudida, esperando-a a morte ou a repatriação em breve», já que considerava o plano de Narciso Feyo inútil, «podendo apenas resultar de tal empreendimento a desgraça» dos que para lá emigrassem. Com efeito, achava que «o fiasco seria inevitavel e para

⁶¹ *Ibidem.*

que a sociedade não cahisse no ridículo secundando semelhante empresa, o melhor era abster-se, lavando assim a sua testada»⁶².

Foi por unanimidade que a S.G.C.P. aprovou, na 72ª Sessão do seu Conselho Geral, relativa ao dia 20 de Novembro de 1884, a proposta apresentada por Joaquim António Gonçalves para que aquela instituição não patrocinasse o projecto de colonização africana proposto por Narciso Feyo. Resolveu-se comunicar ao autor daquele plano que, apesar da sociedade estar convicta das suas boas intenções, a verdade é que se abstinha de cooperar em tal empresa pois achava os seus projectos inexequíveis.

Esta recusa da Sociedade de Geografia do Porto parece ter estado na base de uma carta enviada por Narciso Feyo a Oliveira Martins, a qual este último pede escusa de revelar à assembleia da S.G.C.P., reunida em 5 de Dezembro de 1884, pelo teor das inconveniências que aquela encerraria⁶³.

Mais tarde, em 21 de Fevereiro de 1885, recordando aquele plano colonizador, Oliveira Martins referira-se-lhe como sendo uma «ideia inchoerente», regozijando-se da então comprovada influência da S.G.C.P., pois «prestara n'essa ocasião serviços que deram em resultado ter-se salvado muita gente de ser arrastada para os sertões d'Africa e até ser victima das imprevidencias dos fautores de tal ideia colonisadora»⁶⁴.

Também recordou este episódio da vida da instituição quando, na sessão de 1 de Julho de 1885, apresentou, na qualidade de presidente da S.G.C.P., o relatório do ano social transacto, onde novamente fez alusão à acção da sociedade com vista a impedir a prossecução do mencionado projecto que lhe fora dado a apadrinhar:

«Não alludirei senão por memoria a uma desgraçada e ridicula tentativa de engajamento de colonos para um estabelecimento a fundar na Africa occidental, em ponto incerto, e em condições mais do que incertas. Este facto seria apenas a extravagancia de um individuo sem maior alcance, se por ventura o governo, concedendo-lhe a sua protecção, não tivesse sancionado uma empresa que cahiu por terra diante do escarneo publico.

⁶² *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 10, Porto, Typ. de Fraga Lames, Fevereiro-Março de 1885, p. 483.

⁶³ *O Comércio do Porto*, nº 302, 6 de Dezembro de 1884.

⁶⁴ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 10, Porto, Typ. de Fraga Lames, Fevereiro-Março de 1885, pp. 485-486.

Devemos considerar como uma obra meritoria a acção decisiva e energica da nossa Sociedade levantando-se contra essa chimera quando o côro quasi unanime da imprensa applaudia impensadamente um plano talvez filho de boas intenções, mas sem duvida fadado a um deploravel destino.

Á iniciativa da nossa Sociedade deveram talvez uns centos de infelizes o não irem morrer abandonados nos sertões africanos»⁶⁵.

Talvez seja oportuno mencionar que, no momento em que se procedia à discussão do plano de colonização africana de Narciso Feyo, também no interior da S.G.C.P. era discutido o apoio a dar a um outro projecto de índole idêntica, da autoria de Temudo Rangel e Sande e Castro, membros efectivos daquela instituição. Da possível protecção que esta agremiação portuense lhe viesse a dar dependia a realização de uma futura representação a fazer ao governo com vista a ser solicitado o seu auxílio para aquela companhia de exploração africana. Temendo qualquer equívoco relativamente a este assunto, Oliveira Martins sugerira a neutralidade da S.G.C.P. perante ambos os planos «para que se não suppozesse a Sociedade hostil ao projecto do sr. Feyo»⁶⁶.

O projecto de colonização apresentado em assembleia geral da S.G.C.P., ocorrida a 10 de Novembro de 1884, era da responsabilidade dos sócios João Carlos Freire Temudo Rangel, advogado portuense, e de António Pais Sande e Castro, e tinha por fim «explorar as riquezas agricolas commerciaes e industriaes da fronteira austral da nossa provincia de Angola, introduzindo por ahi no vastissimo continente negro a civilização, a agricultura e o commercio em beneficio d'essa parte dos nossos dominios e da metropole»⁶⁷. O local escolhido fôra a Baía dos Tigres até às proximidades do Cabo Frio, criando estações civilizadoras de 20 em 20 quilómetros ao longo do rio Cunene, nas quais seriam empreendidos trabalhos do foro agrícola, industrial e comercial. Na base da escolha daquela região estavam razões de ordem geográfica, já que se tratava de uma zona cujo clima saudável convidaria facilmente à «aclimatação d'uropeus» e, por outro lado, era um local onde as probabilidades

⁶⁵ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 3ª série, nº 1, Porto, Livraria Portuense - Editora, Maio de 1886, p. 4.

⁶⁶ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 10, Porto, Typ. de Fraga Lamares, Fevereiro-Março de 1885, p. 483.

⁶⁷ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 8, Porto, Typ. de Fraga Lamares, Outubro-Novembro de 1884, p. 379.

de ser encontrada água potável eram enormes, tendo em conta «o accidentado do terreno» e «a sua elevação sobre o nível do mar»⁶⁸. Este plano, que se realizaria através do estabelecimento de uma companhia, implicava uma vasta soma de capitais que seriam fornecidos por prestamistas ao abrigo de uma garantia do juro dada pelo Estado.

Com efeito, datado de 16 de Abril de 1884, foi enviado ao governo um requerimento⁶⁹ onde lhe é pedido auxílio relativamente à organização daquela projectada colónia. Nele se solicita a garantia de juro aos capitais necessários (3000 contos), bem como a concessão de terrenos e de uma força militar. Anexamente é enviado um relatório com diversos mapas alusivos às despesas a ter com «pessoal científico e industrial», «pessoal artistico e operario», «tripulação para um vapor de longo curso», «pessoal marítimo de terra e mar», «estação da praia e pescaria», «instalação de duas fazendas agrícolas» e «instalação da colónia»⁷⁰.

Mais tarde, talvez porque tardasse o aval requerido ao governo, os autores deste plano pediram a subscrição deste pela S.G.C.P. Assim, depois de o terem explanado na referida assembleia geral, foi nomeada uma comissão encarregada de formular um parecer àcerca deste assunto. Esse parecer, amplamente favorável, foi apresentado e aprovado em sessão de 9 de Dezembro de 1884, terminando do seguinte modo:

«O que a (...) comissão não duvida afirmar é que a apresentação do plano de que se trata representa um serviço feito ao paiz, pois que indigita e marca o unico e verdadeiro caminho a seguir nos empreendimentos de tal natureza. Sem um plano preconcebido, um calculo das despezas, um orçamento das receitas, um estudo dos meios e processos a empregar, não é possivel organizar colonisação alguma. É o que se faz no projecto apresentado e se outro valor não tivera, esse, pelo menos, deve considerar-se como muito importante»⁷¹.

⁶⁸ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 8, Porto, Typ. de Fraga Lames, Outubro-Novembro de 1884, p. 380.

⁶⁹ Este documento é subscrito por João Carlos Freire Temudo Rangel, António Pais de Sande e Castro, Vitorino José de Carvalho e Apolino da Costa Reis.

⁷⁰ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 8, Porto, Typ. de Fraga Lames, Outubro-Novembro de 1884, pp. 384-386.

⁷¹ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 9, Porto, Typ. de Fraga Lames, Dezembro-Janeiro de 1885, p. 399.

Apesar deste parecer ter sido aprovado por unanimidade⁷², aquele projecto de colonização não reuniu o consenso geral relativamente ao processo a adoptar. Assim, Joaquim António Gonçalves ter-se-á pronunciado em absoluto «contrário a todas as garantias de juro a quaesquer companhias», parecendo-lhe, porém, «mais justo que elle se dêsse a alguma companhia que se organizasse com o fim de desenvolver as industrias necessarias ás transacções commerciaes na nossa Africa», pelo que «votava contra a garantia de juro pedida no projecto»⁷³.

Oliveira Martins, por seu turno, dizia aprovar o projecto em discussão para a colonização da área do Cunene, mas entendia discordar em dois pontos: quanto ao regime de propriedade e quanto à garantia de juro do Estado. Pelo que respeitava ao primeiro ponto, via perigo gravíssimo no futuro se os territórios ficassem sendo propriedade da companhia, pois não se tornava claro se tais territórios ficariam nesse regime ou em propriedade dos colonos que lá se estabelecessem; quanto ao segundo ponto, manifestava-se contrário ao sistema de garantia de juro a dar pelo Estado, por entender que este deveria proteger e até subsidiar empresas daquele género, achando que a garantia de juro não era a solução mais adequada de prestar esse auxílio «por ser impossivel fiscalisar convenientemente o rendimento liquido da empreza e por se reunirem n'elle operações de variadas naturezas, agricolas, industriaes, commerciaes», preferindo como mais ajustado ao fim em vista os direitos diferenciais, os prémios da lavoura e outros subsídios análogos⁷⁴. Por fim, terá proposto que, no caso da S.G.C.P. viesse a resolver representar ao governo em abono do projecto em questão, o fizesse nos seguintes termos:

- «Indicando a necessidade de uma legislação geral destinada a regular a installação de companhias colonisadoras»;
- «Fazendo inserir nos estatutos d'essas companhias as condições pelas quais as fazendas installadas deverão tornar-se propriedade individual dos colonos»;

⁷² Conforme a acta nº 18, relativa à sessão de 9 de Dezembro de 1884. *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 9, Porto, Typ. de Fraga Lames, Dezembro-Janeiro de 1885, p. 428.

⁷³ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 9, Porto, Typ. de Fraga Lames, Dezembro-Janeiro de 1885, p. 429.

⁷⁴ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 9, Porto, Typ. de Fraga Lames, Dezembro-Janeiro de 1885, p. 432.

– «Fixando a natureza do auxilio que o Estado concederá a essas companhias com exclusão do systema da garantia de juro»⁷⁵.

Torna-se difficil averiguar qual terá sido o desenlace deste atuado plano colonizador, quer no âmbito da S.G.C.P. quer a nível da sua recepção pelo Estado, pelo que nada pode ser concluído a esse propósito.

5. Outras vozes contra o projecto de Narciso Feyo

A linha de pensamento que, no tocante a este assunto, norteou a conduta e a atitude da S.G.C.P., foi partilhada por outras individualidades que, na época, demonstraram publicamente o seu desagrado e a sua desconfiança perante tal projecto. Merece destaque a posição assumida por António José de Seixas, ex-negreiro instalado na metrópole, tido como especialista em assuntos africanos⁷⁶, o qual, mediante uma carta dirigida a Oliveira Martins, datada de 23 de Novembro de 1884, congratula o comportamento da Sociedade de Geografia do Porto face àquele plano que ele considera um ardil feito de ignorância, susceptível de comprometer a vida de quantos nele confiarem a sua sorte em África e do qual apenas resultaria prejuízo para o país:

«Permitta-me que envie a v. exc.^a e á Sociedade de Geographia a que dignamente preside a minha humilde felicitação pelo modo como na sessão de 20 do corrente resolveram ácerca de um projecto de colonisação africana.

Tudo quanto se ha tratado em Lisboa e Porto sobre a colonisação em Africa, é loucura, especulação torpe, supina ignorancia, á parte as illusões de boa fé de muitos.

A não serem motivos de diversa natureza, já eu teria ido á imprensa provar as minhas asserções fundadas na minha experiencia de conhecedor da Africa occidental, onde aportei em 1836 e por onde fui deputado por mais de 14 annos.

(...) Se a questão colonial portugueza vive sob as illusões e ignorancia de muitos, haja ao menos alguma luz sobre esse cahos.

⁷⁵ *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, 2ª série, nº 9, Dezembro-Janeiro de 1885, pp. 432-433.

⁷⁶ Foi deputado da nação pela província de Angola e autor de *As Colonias Portuguezas* (1865) e *A Questão Colonial Portugueza em presença das condições de existência da metropole* (1881).

Peço desculpa de escrever esta a v. exc.^a, fazendo-o vêr que foi no Porto que se fez luz clara e fôra tratada devidamente uma tentativa que poderá arrastar alguma pobre gente a ser victimada em Africa; devendo-se este grande serviço a v. exc.^a e á Sociedade que o tem na presidencia.

Bem haja a cidade do Porto que está geralmente na frente do trabalho dos progressos e dos grandes interesses da patria, e sabe affastar de si uma classe de novelleiros que especulam com o sentimentalismo da nação sobre as suas colonias, que estão sugando a vitalidade de Portugal sem resultados económicos nem de glória»⁷⁷.

O conteúdo desta carta está em consonância com a posição que defendera anteriormente na obra *A Questão Colonial Portuguesa em presença das condições de existencia da metropole* onde taxativamente afirmara que «entre os erros que predominam na metropole em muita gente ácerca da questão colonial avulta o da *colonisação*, com emigrantes enviados do reino para as possessões da Africa».

A posição que assumira escorava-se em factores de ordem geoclimática, defendendo a impossibilidade da integração física dos povos europeus no regime natural africano, tão diferente das condições que os colonos brancos encontraram no continente americano e nas ilhas atlânticas. Assim, segundo António José de Seixas, «a propagação de idéas no sentido de serem colonisadas aquellas vastas possessões com gente branca de Portugal» parte de pessoas que se deixam «dominar por uma idéa falsa ou exagerada», não reflectindo com profundidade nos obstáculos de tal projecto. Conclui, pois, que «a colonisação official ou promovida por capitaes e outros esforços nas alludidas possessões (africanas) não deve e não póde ser tentada». Mas abre algumas excepções, já que «no sul d'Angola e n'alguns pontos de Moçambique, alguma cousa se poderia fazer se as condições economicas, financeiras e de população, de Portugal, fossem mais animadoras e robustas do que visivelmente são», pelo que «querer colonisar a Africa nas condições geraes do reino, actualmente, é uma das *utopias*, entre outras que domina modernamente muitos portugueses»⁷⁸.

O médico Manuel Ferreira Ribeiro, eminente conhecedor das realidades africanas⁷⁹, sócio honorário da Sociedade de Geografia

⁷⁷ *O Comércio do Porto*, Porto, n.º 302, 6 de Dezembro de 1884.

⁷⁸ SEIXAS, António José de – *A Questão Colonial Portuguesa em presença das condições de existencia da metropole*, Lisboa, Typographia Universal, 1881, pp. 27-29.

⁷⁹ Foi um distinto médico (1839-1917) que concluiu o curso de medicina na

Comercial do Porto, teve ocasião de manifestar a sua posição relativamente ao plano de colonização angolana protagonizado por Narciso Feyo num artigo, publicado na capital. Nele pode ser comprovado o seu descrédito perante aquele programa, partilhando da opinião de que o clima africano não seria complacente com o trabalhador branco, o que o leva a sugerir que os planos dessa natureza deveriam postular o rendimento das capacidades laborais dos autóctones, na senda de Oliveira Martins e de António José de Seixas. A transcrição seguinte ilustra o seu pensamento realivamente a esta questão:

«Debate-se na imprensa um dos mais importantes problemas do ultimo quartel do seculo XIX – o aproveitamento dos territorios da Africa Central – a sua colonisação. Têm-se divulgado os pareceres dos mais eminentes medicos sobre a aclimação, e por toda a parte se discute a questão africana.

(...) A questão da colonisação (...) é essencialmente pratica e não se estuda nos gabinetes; é lá, nas terras da Africa, examinando os valles, as planicies, o relevo do terreno, a fauna e a flora, a influencia do clima nos trabalhadores, a natureza da agricultura e os recursos de cada zona, que se ha de lêr com todo o cuidado, que se ha de aprender e preparar o terreno que se destina a cada colonia.

(...) Será loucura, por certo, pensar em estabelecer colonias propriamente ditas em terras d’Africa – este *desideratum* não se realizará n’estes primeiros annos.

Toda a atenção do paiz e dos poderes publicos deve voltar-se para o aproveitamento agricola e commercial, empregando todos os esforços

Escola Médico-Cirúrgica do Porto, ingressando, de seguida, no quadro de saúde de S. Tomé e Príncipe. Foi chefe dos serviços de saúde de S. Tomé e Príncipe e dos trabalhos de aclimação e de estatística médica da Secretaria-Geral do Ultramar. Foi também médico da expedição dos trabalhos de campo do caminho de ferro de Ambaca, em Angola. Foi professor na Escola Superior Colonial. Juntamente com seu irmão, António Augusto Ferreira Ribeiro, foi proprietário e redactor efectivo da revista ilustrada *As Colónias Portuguesas*, na qual colaboraram grandes nomes daquele tempo. Fundou o semanário intitulado *Equador*, de carácter agrícola, comercial e científico, criando, assim, o primeiro jornal das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Entre a sua vasta bibliografia sobre África saliente-se: *As conferências e o itinerário do viajante Serpa Pinto através da África Austral nos limites da província de Angola e Moçambique*, 1878-1888; *A Colonização Luso-Africana, zona ocidental*, 1884; *Instruções médico-higiénicas para os europeus que se destinam à região de Cabinda e às terras do Baixo Zaire*, 1886; *A Expansão da Família Portuguesa*, 1888; *Principais investigações sobre as raças, climas e aclimação dos povos contemporâneos que habitam as colónias portuguesas*, 1889; *Principais questões a estudar sobre aclimação nas nossas colónias*, 1890, e *Guia higiénico do colono nas terras mais insalubres da África Central*, 1901.

para chamar aos nossos centros coloniaes os indigenas, que são os verdadeiros trabalhadores dos campos africanos. Alliciar para alli os nossos camponeses é leval'os a uma concorrência absurda e sempre prejudicial; é augmentar o numero das victimas; é mostrar profunda ignorancia da historia de 300 annos; é desconhecer as leis fundamentais das migrações; é seguir a rotina, caminhar ao acaso e roubar vidas e dinheiro á metropole!

Vamos ás terras da Africa equatorial, mas vamos em nome da sciencia e não do sentimentalismo.

(...) Toda a Europa, todo o mundo colonial, todo o mundo politico e scientifico attenta nos problemas africanos.

Cumpre-nos dar bons exemplos e ensinar ás nações que para alli vão pela primeira vez, o que ellas devem fazer. Tornemo-nos uteis, mostremo-nos instruidos e experimentados nos assumptos Africanos se não queremos perder a hegemonia colonial nas grandes zonas subequatoriales»⁸⁰.

Igual desconfiança relativamente ao projecto de colonização de Narciso Feyo ficou patenteada nas palavras usadas por Casal Ribeiro⁸¹:

«É proprio da mocidade o entusiasmo, e louvavel; porém não pôde facilmente communicar-o á velhice. Pôde ser que me illuda, e assim o desejo; mas é certo que, prestando homenagem ás boas intenções, abrigue muitas duvidas sobre a utilidade nacional de certos planos de colonisação.

São apreciaveis todas as cooperações convictas; porém as de pura condescendencia ou de especulação só poderiam encontrar quem as preste ou quem as receba.

N'isto fundo a minha escusa»⁸².

⁸⁰ *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, pp. 6-7.

⁸¹ José Maria Caldeira do Casal Ribeiro (1825-1896) frequentou a Universidade de Coimbra. Em 1846 fez parte da Junta Revolucionária que se formou em Coimbra para apoiar a «Maria da Fonte». De tendência política de esquerda, foi eleito, em 1851, deputado, pela primeira vez. Mais tarde foi titular de diversas pastas ministeriais. O duque de Loulé, quando Presidente do Conselho, nomeou-o Ministro Plenipotenciário em Paris, cargo ocupado até ao golpe de Estado de 19 de Maio de 1870. Em 1872 foi nomeado Conselheiro de Estado. Por fim, desempenhou o cargo de Ministro de Portugal em Madrid, ali falecendo.

⁸² *O Africano*, Lisboa, nº único, Dezembro de 1884, p. 2.

6. Algumas considerações finais

Após tomarmos consciência da controvérsia gerada pelo projecto de colonização angolana de Narciso Feyo, que dimensão atribuir a esse plano na conjuntura colonial portuguesa nas vésperas da decisiva Conferência de Berlim? Tratar-se-ia de um projecto abençoado pelo bom senso? Seria prático e exequível perante as condições económicas e demográficas da metrópole e as da África portuguesa?

Que validade atribuir às críticas e aos veementes protestos que a Sociedade de Geografia Comercial do Porto verberou contra o projecto de colonização africana que lhe foi submetido com vista a alcançar a sua protecção?

Tratar-se-ia de uma simples astúcia propagandística de um grupo de republicanos, de uma tentativa de efectivação de um projecto imbuído dos mais altos ideais do luso nacionalismo ou apenas de um sonho cuja puerilidade não deixava antever uma realidade económica e politicamente opositora?

Ao proceder-se ao estudo da colonização africana verifica-se que só após a implantação do liberalismo em Portugal e a independência do Brasil é que passou a haver uma verdadeira política nesse sentido. Efectivamente, com a perda do segundo império, Portugal irá procurar modificar a sua política africanista, tentando «substituir o monocultivo escravagista pela colonização feita por europeus»⁸³. No entanto, e precisamente devido ao facto de o método utilizado ter sido, ao longo de séculos, o recurso ao envio de degredados, criminosos e indesejáveis (judeus, jesuítas, ciganos e opositores políticos) enviados de Portugal ou do Brasil, os esforços levados a cabo por Lisboa acabavam por não ter resultados, já que a África era preconceituosamente vista como um lugar dantesco, cheio de doenças, dotado de um clima insuportavelmente quente e de uma péssima administração, apenas merecedor da presença de malfeitores⁸⁴.

Assim se percebe como uma prática política e jurídica tradicional, profundamente arraigada no espírito popular, acabou por

⁸³ MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 134.

⁸⁴ António José de Seixas refere-se a Angola como uma região que entre os portugueses era tida como «uma terra para criminosos». (*A Questão Colonial Portuguesa em presença das condições de existencia da metropole*, Lisboa, Typographia Universal, 1881, p. 33)

desfavorecer a estratégia colonizadora oitocentista⁸⁵. Só no final do século XIX se pugnou empenhadamente por uma fixação colonizadora em Angola, mas, «as várias tentativas para colonizar Angola falhariam sistematicamente⁸⁶, tornando assim o degredado o único «colono» normal e assíduo»⁸⁷.

Por outro lado, até mesmo as tentativas de reconversão dos degredados em colonos agrícolas, que se prolongaram até ao surgimento do Estado Novo, redundaram em enormes fracassos. Falhava, pois, a vocação económica do degredado português no projecto colonizador africano.

A grande massa migratória portuguesa dessa altura fazia-se quase exclusivamente para as Américas e foi muito lentamente, por etapas sucessivas, que se processou à substituição do Brasil pela África. Com a perda do Brasil e a crença de que o futuro do país estava nas riquezas africanas, Portugal lançou-se definitivamente no «scramble for Africa»⁸⁸, a par das outras potências europeias. Apesar de tudo, o país estava dividido quanto ao processo a ser utilizado para integrar a África na economia nacional. Se por um lado havia quem defendesse a exploração africana recorrendo-se a um simples desvio da nossa corrente migratória para as colónias portuguesas do continente negro, o que correspondia ao célebre «novo Brasil em África» de António Enes⁸⁹, havia, por outro lado, quem rotulasse de «chimera liberal»⁹⁰ essa pretensão de políticos e de particulares. Entre os argumentos usados por esta última facção, é de salientar o recurso exaustivo a factores geoclimáticos, demográficos e económicos. Assim, o clima africano era tido como um forte inibidor da colonização branca, já que as altas temperaturas que caracterizavam a maior parte dos domínios portugueses naquela região não eram de molde a favorecer o trabalho assalariado de emi-

⁸⁵ António José de Seixas escreve a este propósito que «as possessões d'África para pouco mais servem que para colonias penaes». (*Ibidem*, p. 33)

⁸⁶ Exemplo marcante terá sido a tentativa fracassada de Sá da Bandeira que, em 1836, tentou colonizar Angola com portugueses livres que se fixaram nas margens do rio Catumbela, entre Lobito e Benguela. (Cf. MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 136)

⁸⁷ MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, pp. 134-136.

⁸⁸ *Idem*, *Ibidem*, pp. 138, 140 e 147.

⁸⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 140.

⁹⁰ MARTINS, Oliveira – *O Brasil e as Colónias Portuguezas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1880, p. 221.

grantes europeus pois teriam de trabalhar em pé de desigualdade com os autóctones, os quais, sendo os colonos naturais de África existiam em avultado número⁹¹. Esta posição enferma de um grande radicalismo na medida em que, algum tempo depois, estudos climáticos vieram revolucionar a ideia da inabitabilidade dos europeus em terras africanas⁹².

Por outro lado, segundo José Gonçalo Santa-Rita, há um erro de facto na ideia martiniana de que em África abundavam os negros, já que a população indígena, graças ao tráfico negreiro multissecular, era bem diminuta, escasseando, não sendo pois a abundância de autóctones que dificultava a fixação dos brancos⁹³. Aliás, a ideia de se inverter o rumo da onda enorme da emigração portuguesa vai permanecer viva no país, sendo colocada mais tarde, nomeadamente por Brito Camacho, em 1936: «E se fizéssemos desviar para as Colónias as dezenas de milhar de trabalhadores em que cada ano saem da Metrópole com destino ao Brasil?»⁹⁴. Também a convicção de que o trabalhador por excelência era o negro, que num sistema «sem escrúpulos, preconceitos nem quimeras»⁹⁵, isto é, em regime quase escravagista, ultrapassava o rendimento do emigrante assalariado, enferma de erro, pois na base da total abolição da escravatura, só definitiva em 1858, esteve a constatação de que o rendimento do trabalho da mão-de-obra escrava era inferior ao dos trabalhadores livres⁹⁶.

⁹¹ Esta ideia, típica de Oliveira Martins, foi mais tarde partilhada pelo ministro Afonso Costa, em 1911.

⁹² Em 1912, Silva Teles escreveu o seguinte: «Estamos longe da época em que os exploradores e publicistas ingleses sustentavam que o continente africano era insusceptível de colonização europeia; pertencem a um remoto passado científico as doutrinas etnogénicas sobre a incapacidade de fixação étnica dos povos europeus em zonas batidas pelo sol dos trópicos... Em um quarto de século... modificaram-se completamente as ideias geográficas, climáticas e etnológicas relativas à África» (citado por SANTA-RITA, José Gonçalo – *Oliveira Martins e a Política Colonial*. Separata da «Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos», Lisboa, (5/6) 1952, p. 12.)

⁹³ SANTA-RITA, José Gonçalo – *Oliveira Martins e a Política Colonial*. Separata da «Revista do Gabinete dos Estudos Ultramarinos», Lisboa, (5/6) 1952, p. 13.

⁹⁴ CAMACHO, Brito – *Política Colonial*, Lisboa, Editorial Cosmos, 1936, Cadernos Coloniais, n.º 26, p. 27.

⁹⁵ Oliveira Martins (citado por SANTA-RITA, José Gonçalo – *Oliveira Martins e a Política Colonial*. Separata da «Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos», Lisboa, (5/6) 1952, p. 13)

⁹⁶ MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 134.

Outro factor usado para demover qualquer ousadia colonial era o económico. Assim, segundo os defensores de uma colonização africana «racional», Portugal não possuía condições financeiras que permitissem uma franca aposta no desenvolvimento colonial, pois a dívida pública era cada vez maior, atingindo, em 1891 a enorme verba de 592 000 contos⁹⁷ e, por outro lado, era difícil a tarefa de demover a grande parte da massa migratória do Brasil para África já que a própria vocação comercial e industrial da emigração portuguesa não era consentânea com a urgência da exploração agrícola a realizar naquele continente, cuja grande fonte de rentabilização económica durante séculos foi o tráfico de negros, base do atrofamento económico africano e do enriquecimento egoísta de uma classe mercantil ali instalada⁹⁸. Por tudo isto tornava-se urgente que Portugal encarasse «a questão colonial a serio», saindo «das theorias para boas praticas e trabalhos bem dirigidos»⁹⁹.

Aquele projecto colonial, que genericamente se pode rotular de «Plano Feyo», tendo tido à sua frente um federalista, forte impulsionador do ideário republicano em Portugal nos finais de Oitocentos¹⁰⁰, é susceptível de algumas interrogações, já que as colónias portuguesas eram encaradas por essa facção política como um símbolo da glória pátria a não olvidar, um meio de fazer frente à avassaladora crise económica e ao estado de decadência geral em

⁹⁷ MADUREIRA, Arnaldo – *A Colonização Portuguesa em África (1890-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p.15.

⁹⁸ MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 138.

⁹⁹ SEIXAS, António José de – *A Questão Colonial Portuguesa em presença das condições de existencia da metropole*, Lisboa, Typographia Universal, 1881, p. 47.

¹⁰⁰ Narciso Feyo foi o administrador e o principal redactor do jornal por ele fundado em finais de 1884, na capital. Tratava-se do *Bom Senso*, periódico semanal, onde o carácter profundamente republicano do seu fundador pode ser comprovado através da leitura de alguns artigos de sua autoria: *O nosso programma* (nº 1, 3ª semana de Novembro de 1883, p. 1); *O Comicio* (nº 1, 3ª semana de Novembro de 1883, pp. 1-2); *Ao cidadão Carrilho Videira* (nº 2, 4ª semana de Novembro de 1883, p. 2 / nº 3, 2ª semana de Dezembro de 1883, p. 2); *Uma sessão no Club Mousinho da Silveira* (nº 2, 4ª semana de Novembro de 1883, pp. 2-3); *Constitucionalismo* (nº 3, 2ª semana de Dezembro de 1883, p. 1); *A intervenção estrangeira* (nº 3, 2ª semana de Dezembro de 1883, pp. 1-2); *Ao sr. Augusto de Figueiredo* (nº 3, 2ª semana de Dezembro de 1883, pp. 2-3); *Portugal* (nº ?, 4ª semana de Dezembro de 1883, p. 1); *O'Donnell* (nº ?, 4ª semana de Dezembro de 1883, pp. 1-2); *Os Miseraveis* (nº ?, 4ª semana de Dezembro de 1883, p. 2); *Pela Europa* (nº ?, 4ª semana de Dezembro de 1883, p. 3).

que Portugal se encontrava prestes a submergir graças à alegada incúria proporcionada pelo sistema monárquico vigente. Assim, tentando recuperar uma espécie de «idade de ouro» perdida por culpa de um regime condenado, pretendiam tirar o estímulo necessário para um renascimento do país moribundo. A África era uma porta, por sinal uma das maiores de que se dispunha, para ultrapassar a má situação em que o país se encontrava interna e externamente, já que podia significar a resolução de problemas económicos e funcionar como uma garantia da força territorial portuguesa colonial face às potências concorrentes.

Naquele contexto, a «Mãe negra»¹⁰¹ fora «o lema, o sonho e o escopo geoestratégico» definidos «na imaginação popular e nos desígnios dos homens de estado»¹⁰² para inspirar múltiplos projectos e programas adstritos a finalidades colonizadoras.

¹⁰¹ MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 131.

¹⁰² Idem, *Ibidem*, p. 147.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Candidatos ao programa de colonização africana proposto
por Narciso Feyo (1884)*

Nome	Sexo	Idade	Est. Civil	Profissão
A. F. P. da S. B.	M.	19	Solt.	Caixeiro
A. R. C.	M.	20	Solt.	Caixeiro
Abeilard Ferreira de Lacerda	M.	24	Solt.	Ajud. guarda livros
Acácio Guedes do Amaral	M.	18	Solt.	Ourives
Adelino Pinto da Cruz	M.	17	Solt.	Ourives
Adriano Leão	M.	17	Solt.	Caixeiro
Agostinho Brito Gouveia	M.	17	Solt.	Gravador
Agostinho Fragoso Pinto	M.	21	Solt.	Tipógrafo
Agostinho Ventura Martins	M.	26	Solt.	Cozinheiro
Albino José	M.	35	Solt.	Trabalhador
Albino Paula	M.	26	Solt.	Trabalhador
Alexandre Ferreira	M.	24	Cas.	Pedreiro
Alfredo Miranda da Silva	M.	17	Solt.	Pedreiro
Anacleto de Albuquerque	M.	18	Solt.	Alfaiate
Antónia Pereira de Sousa	F.	46	Cas.	Brunideira
António Barbosa da Silva	M.	25	Cas.	Pedreiro
António Cerqueira	M.	22	Solt.	Trolha
António de Matos	M.	27	Solt.	Sapateiro
António Ernesto Lobo	M.	18	Solt.	Tipógrafo
António Gomes Barbosa	M.	21	Solt.	Alfaiate
António Gomes Vieira	M.	18	Solt.	Caixeiro

* Estes são os 134 candidatos identificados embora, como se refere no texto, o número de inscritos tenha chegado a atingir, numa dada altura, os 456.

**Candidatos ao programa de colonização africana proposto
por Narciso Feyo (1884) (cont.)**

Nome	Sexo	Idade	Est. Civil	Profissão
Antônio Grulo	M.	23	Solt.	Serralheiro
Antônio Guedes	M.	19	Solt.	Fogueiro
Antônio Joaquim F. Victória	M.	18	Solt.	Criado de servir
Antônio Joaquim Pereira	M.	19	Solt.	Chapeleiro
Antônio José Alves Rebelo Júnior	M.	27	Cas.	Pintor
Antônio José de Souza	M.	25	Cas.	Tecelão
Antônio José de Souza Júnior	M.	34	Solt.	Caixeiro
Antônio José do Couto	M.	19	Solt.	Tipógrafo
Antônio José Joaquim de Almeida	M.	21	Solt.	Tecelão
Antônio Martins da Silva	M.	34	Cas.	Fabricante
Antônio Pereira de Oliveira	M.	25	Cas.	Sapateiro
Antônio Pinho Brandão	M.	23	Solt.	Marceneiro
Antônio Sequeira Lopes	M.	16	Solt.	Caixeiro
Armindo Ferreira Dias	M.	25	Cas.	Chapeleiro
Augusto César de Souza	M.	24	Cas.	Ajudante de cartório
Augusto César Nascimento Vieira	M.	24	Cas.	Fotógrafo
Augusto de Souza Coelho	M.	19	Solt.	Caixeiro
Augusto de Souza Rocha	M.	21	Solt.	Alfaiate
Augusto Domingos	M.	19	Solt.	
Avelino Loureiro Dias	M.	22	Solt.	Caixeiro
Bernardo Figueiredo Monteiro	M.	21	Solt.	Caixeiro
Carlos Pereira Trindade	M.	32	Solt.	Trabalhador
Daniel Duarte Canelas	M.	18	Solt.	Caixeiro
Develeriano de Salles e Souza	M.	20	Solt.	Pintor
Domingos da Silva Araújo	M.	17	Cas.	Impressor
Domingos de Abreu Marques	M.	34	Cas.	Trolha
Domingos Gomes Pereira	M.	17	Solt.	Cigarreiro
Duarte de Souza Ferreira	M.	22	Solt.	Caixeiro
Eduardo Nunes do Nascimento	M.	24	Solt.	Manipul. de Tabaco
Eduardo Pedroso Braga	M.	18	Solt.	Carpinteiro
Feliciano Pinto Soares	M.	18	Solt.	Latoeiro
Fernando da Silva	M.	19	Solt.	Padeiro
Francisco Alves Carneiro de Abreu	M.	17	Solt.	Telegrafista
Francisco Artur Daniel Taveira	M.	21	Solt.	Caixeiro
Francisco Pinto C. de Oliveira	M.	24	Solt.	Caixeiro
Guilherme Ferreira	M.	19	Solt.	Caixeiro
Henrique Gonçalves Júnior	M.	20	Solt.	Guarda livros
J. F. Lopes	M.	35	Solt.	Negociante
J. M. G.	M.	19	Solt.	Caixeiro
Jerônimo Ferreira dos Santos	M.	28	Cas.	Envernizador
Joana Pereira	F.	23	Cas.	
João Baptista da Silva Macedo	M.	19	Solt.	Ourives

**Candidatos ao programa de colonização africana proposto
por Narciso Feyo (1884) (cont.)**

Nome	Sexo	Idade	Est. Civil	Profissão
João da Silva	M.	24	Solt.	Serralheiro
João da Silva Júnior	M.	44	Cas.	Sapateiro
João de Souza	M.	26	Cas.	Palhinha
João José Pereira Basto	M.	21	Solt.	Criado de servir
João Pascoal da Silva	M.	24	Solt.	Barbeiro
João Rodrigues da Silva	M.	22	Solt.	Cigarreiro
João Trindade	M.	24	Solt.	Sapateiro
Joaquim Barbosa de Melo	M.	22	Solt.	Caixeiro
Joaquim da Costa Oliveira	M.	18	Solt.	Tamanqueiro
Joaquim da Silva Campos	M.	19	Solt.	Sapateiro
Joaquim de Souza	M.	16	Solt.	Tipógrafo
Joaquim José da Mata	M.	22	Solt.	Pedreiro
Joaquim Vasques	M.	28	Solt.	Carpinteiro
Joaquina da Conceição	F.	32	Cas.	
José Afonso Ramos	M.	30	Solt.	Alfaiate
José Albino Queirós	M.	20	Solt.	Serralheiro
José António da Silva	M.	17	Solt.	Caixeiro
José António Nunes	M.	34	Cas.	Sapateiro
José Augusto da Silva	M.	20	Solt.	Marceneiro
José Baptista Ferreira	M.	23	Solt.	Ourives
José da Costa Vieira	M.	19	Solt.	Latoeiro
José da Ressurreição	M.	28	Solt.	Barbeiro
José da Silva Pires Bragança	M.	38	Solt.	Sapateiro
José de Matos Júnior	M.	24	Solt.	Barbeiro
José dos Santos Teixeira	M.	24	Solt.	Pintor
José Ferreira	M.	23	Solt.	Trabalhador
José Ferreira de Azevedo	M.	22	Solt.	Sapateiro
José Ferreira de Souza L. Bayard	M.	21	Solt.	Tipógrafo
José Joaquim Moreira	M.	22	Solt.	Trolha
José Leite da Costa	M.	30	Solt.	Caixeiro
José Maria Correia	M.	19	Solt.	Caixeiro
José Marques de Oliveira	M.	24	Solt.	Pedreiro
José Monteiro Cantareiro Júnior	M.	24	Solt.	Serralheiro
José Paris Couto	M.	30	Cas.	Caixeiro
José Passos	M.	18	Solt.	Trabalhador
José Pinto Magalhães	M.	51	Cas.	Fabricante de Tecidos
José Ribeiro	M.	22	Solt.	Tecelão
José Ribeiro de Carvalho Júnior	M.	17	Cas.	Caixeiro
José Samuel Fernandes	M.	27	Solt.	Encadernador
José Teixeira	M.	19	Solt.	Tipógrafo
Júlio da Costa Monteiro Júnior	M.	20	Solt.	Empregado
Lotério Ribeiro	M.	27	Cas.	Serralheiro

**Candidatos ao programa de colonização africana proposto
por Narciso Feyo (1884) (cont.)**

Nome	Sexo	Idade	Est. Civil	Profissão
Lourenço Pinto	M.	22	Solt.	Pedreiro
Luís Maria da Silva	M.	23	Solt.	Alfaiate
Luís Peixoto Magalhães	M.	21	Solt.	Ourives
Manuel Afonso da Fonte	M.	21	Solt.	Carpinteiro
Manuel Alves Cabral	M.	25	Solt.	Serralheiro
Manuel António	M.	36	Solt.	Trabalhador
Manuel António José Borges	M.	19	Solt.	Sapateiro
Manuel da Silva Pereira	M.	23	Solt.	Caixeiro
Manuel de Castro Dias	M.	24	Solt.	Tecelão
Manuel Gonçalves Correia	M.	19	Solt.	Caixeiro
Manuel José Lopes Ferreira	M.	19	Solt.	Caixeiro
Manuel Martins Marques	M.	37	Solt.	Negociante
Manuel Moura	M.	25	Cas.	Pedreiro
Manuel Pereira da Rocha	M.	24	Cas.	Empregado
Manuel Pinto	M.	21	Solt.	Chapeleiro
Manuel Pinto da Costa Júnior	M.	19	Cas.	Marceneiro
Maria Augusta de Jesus	F.	24	Solt.	Costureira
Maria de Jesus	F.	31	Solt.	Criada de servir
Maria Pereira Alves da Silva	F.	18	Solt.	
Martiniano de A. L. Vasconcelos	M	18	Solt.	Criado de servir
Miguel Alves Saraiva	M	17	Solt.	Estudante
Narciso Jesus Gonçalves	M	28	Cas.	Trabalhador
Pedro Pinto da Costa	M	42	Viúvo	Barbeiro
Querubim Luís Fernandes	M	25	Solt.	Encadernador
Ramiro Augusto da Costa	M	28	Cas.	Pintor
Sebastião Coelho de Oliveira	M	33	Cas.	Pedreiro
Sebastião Rodrigues Souza	M	21	Solt.	Caixeiro
Secundino Martins	M	28	Solt.	Trabalhador
Unifredo N.	M	23	Solt.	Caixeiro

FONTE: *O Comércio do Porto*, nº 286, 18 de Novembro de 1884; nº 287, 19 de Novembro de 1884.

FIG. 1
Gráfico das idades dos candidatos ao programa de colonização africana proposto por Narciso Feyo

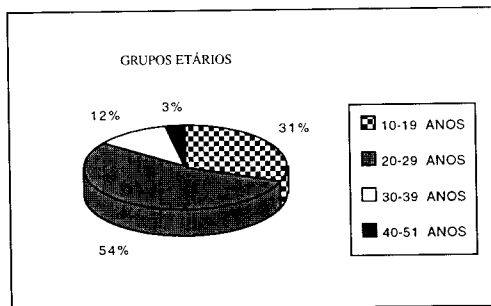


FIG. 2
Gráfico relativo aos estados civis dos candidatos ao programa de colonização africana proposto por Narciso Feyo.

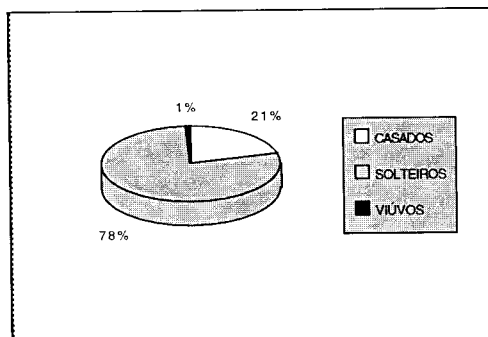


FIG. 3
Gráfico da distribuição profissional dos candidatos ao programa de colonização africana proposto por Narciso Feyo

